Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Globo **Class.:** 02

Data: 1 de junho de 1986 **Pg.:**

308(81-77).551.59
06(05)C 7/06/86 B 20

Demarcação definitiva aumenta controle do IBDF sobre parques

BRASÍLIA — As vésperas da comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente — que acontece quinta-feira próxima, dia 5 — o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) anuncia que os 27 parques nacionais e 14 reservas biológicas sob sua administração terão finalmente suas áreas demarcadas.

Este será o primeiro passo para melhorar o controle do instituto sobre estas regiões. A informação é do Presidente do órgão, Jayme Santiago, segundo o qual será necessário, para isso, aumentar o quadro de guardas florestais, hoje limitados a 500 para fiscalizar um total de 12 milhões de hectares em todo o País.

A regularização dos parques e reservas, de acordo com Santiago, não se restringe apenas à demarcação, em fase final de estudos. Muitos parques foram criados dentro de terras particulares e até hoje não foram regularizados, como é o caso de Itatiaia — o primeiro parque nacional criado no Brasil. Em relação aos guardas florestais, enquanto não são feitas novas contratações, o IBDF é obrigado a manter o controle das áreas através de convênios com as polícias estaduais. No entanto, este policiamento não é o ideal. Em breve, informou Jayme Santiago, será pedido ao Ministro da Agricultura Íris Resende autorização para que o Instituto amplie seu quadro de guardas florestais para tornar eficiente a fiscalização das áreas a serem preservadas.

Invasões e depredação as conseqüências do atraso na demarcação

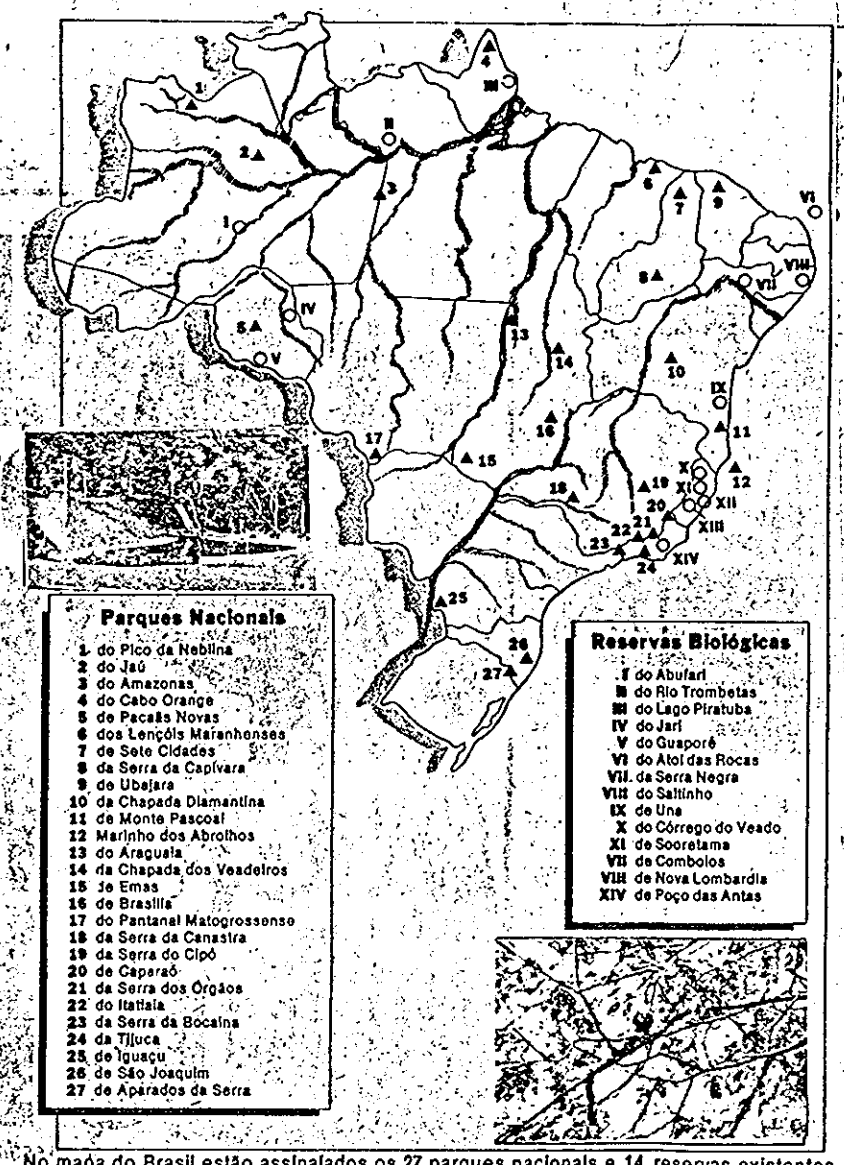
Segundo a Diretora de Parques Nacionais do IBDF Ângela Tresinari a maioria dos parques nacionais foram criados sem a menor especificação de seus limites, o que está dificultando os trabalhos de demarcação. Além disso, como só agora os parques e reservas do IBDF terão suas áreas demarcadas, já houve muitas invasões e depredações das áreas. Somente com a delimitação será possível, reconhece Tresinari, fazer com que as áreas preservadas cumpram de fato sua função de manter o equilíbrio ecológico em regiões de extrema relevância.

De acordo com o Código Florestal, só é permitido ao IBDF criar dois tipos de áreas para serem preservadas: os parques nacionais e as reservas biológicas. No entanto estes dois tipos de áreas não correspondem a todas as necessidades de preservação. Segundo Ângela Tresinari, há algum tempo já foi constatado que é preciso criar no País áreas menores do que um parque nacional, devido à importância que terão em algumas regiões determinadas. Como exemplo, os locais onde pássaros e outros animais descansam e se alimentam durante a migração: nesse caso, não é necessário montar a estrutura de um parque nacional.

A criação de novas áreas será também uma resposta do IDBF, que recebe anualmente inúmeros pedidos para preservação de locais mais limitados. Estas reivindicações, após chegarem ao instituto, são estudadas por uma equipe que faz inicialmente um levantamento de toda a bibliografia sobre a região. Com este material reunido, os pesquisadores partem para o trabalho de campo, com inspeção no local dos seus recursos e a importância ecológica. Todo este processo, muitas vezes, comprova que, às vezes, é mais econômico e adequado criar um parque estadual.

A política de criação de novas áreas a serem preservadas pelo IBDF tem como principal preocupação a preservação de florestas naturais em regiões de fronteira agrícola, onde a colonização crescente, e às vezes desordenada, pode devastar grandes áreas causando enormes desequilíbrios ecológicos. Ângela cita o caso de Rondônia, onde foram criados o Parque Nacional de Pacaás Novos e as reservas biológicas de Guaporé e Jaru, num total de 1,7 milhão de hectares antes que a colonização desenfreada começasse.

O Acre será o próximo Estado onde serão criados parques nacionais com o objetivo de preservar as áreas próximas da futura Rodovia Porto Velho-Rio Branco, onde provavelmente se instalarão novos colonos provenientes do Sul em busca de terras para plantio. A criação dos novos parques está sendo estudada pelo IBDF e ainda não está definido o total de hectares das suas áreas.



No mapa do Brasil estão assinalados os 27 parques nacionais e 14 reservas existentes

Estudos propõem mudanças nas leis

A necessidade de preservação de áreas menores que os parques nacionais e reservas biológicas é um fato. Neste sentido o IBDF já vem desenvolvendo estudos. No projeto de preservação do Pantanal Matogrossense, serão criadas as unidades de preservação que serão áreas menores que um parque nacional, mas de grande importância para os animais que vivem na região.

Segundo a Diretora de Parques Nacionais do IBDF, Ângela Tresinari, além das unidades de preservação é necessária também a criação de outros tipos de áreas de preservação como as "estradas-parques", que também serão criadas no Pantanal. Ângela informou que estas áreas são importantes devido aos vários tipos de regiões existentes no País e suas peculiaridades. No entanto, o Código Florestal só permite a criação de parques e reservas biológicas, o que obrigará também a mudanças na atual legislação.

Novo ministério seria a solução

A transferência dos departamentos de preservação da natureza do IBDF para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente será prejudicial para todos, declara, categoricamente, o Presidente do IBDF Jayme Santiago, que defende a criação de um ministério só para tratar do meio ambiente, reunindo os diversos órgãos hoje espalhados.

Segundo Santiago, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente tem como principal preocupação as áreas urbanas, assim como o Ministério da Agricultura se preocupa prioritariamente com a produção de alimentos. Desta forma, a preservação da Natureza fica sempre em segundo plano nestes ministérios, adverte. Além disso, ressalta Santiago, uma divisão neste momento no instituto prejudicaria o trabalho que está sendo feito para saneá-lo.

Jayme Santiago defende a criação do Ministério do Meio Ambiente com incorporação do IBDF, Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).